



Liberty Responsabilidade Civil Profissional

Condições Gerais e Especiais



Condições Gerais

Artigo Preliminar	4
1. Definições, objeto e garantias do contrato, âmbito territorial e temporal e exclusões	5
2. Declaração inicial do risco, incumprimento doloso e negligente, agravamento do risco e sinistro e agravamento do risco	9
3. Pagamento, alteração e estorno do prémio	12
4. Início da cobertura e dos efeitos, duração e vicissitudes do contrato	14
5. Limites de prestação, pagamento de indemnização, franquia, insuficiência de capital, pluralidade de seguros e compensação de créditos	16
6. Obrigações e direitos das partes	18
7. Disposições diversas	21

Condições Especiais

Artigo Preliminar	25
Condição Especial 1 Cabeleireiro, esteticista e massagista	26
Condição Especial 2 Terapeuta da fala, terapia ocupacional e fisioterapeuta	28
Condição Especial 3 Enfermeiro	30
Condição Especial 4 Florista, sapateiro, costureiro, estofador, barbeiro e pasteleiro	32
Condição Especial 5 Eletricista e canalizador	33
Condição Especial 6 Economista e contabilista	35
Condição Especial 7 Formadores, professores e bibliotecários	37
Condição Especial 8 Professor de educação física e personal trainer	38
Condição Especial 9 Lavandaria	39
Condição Especial 10 Fotógrafos	40
Condição Especial 11 Enólogos	41
Condição Especial 12 Tradutor	43
Condição Especial 13 Decorador de interiores e designer de têxteis e moda	45
Condição Especial 14 Jardineiro	46
Condição Especial 15 Delegado de informação médica	47
Condição Especial 16 Publicidade, marketing e relações públicas	48



Condições Gerais

Responsabilidade Civil Profissional

ARTIGO PRELIMINAR

1. Entre a Liberty Seguros, Compañia de Seguros y Reaseguros, S.A. – Sucursal em Portugal, adiante designada por Segurador, e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais e pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do Segurado, os dados do representante do Segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e/ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a Apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da Apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao Tomador do Seguro, ao Segurado ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.\

1. Definições, objeto e garantias do contrato, âmbito territorial e temporal e exclusões

Artigo 1.º

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

- a) **Apólice:** o documento que titula o contrato celebrado entre o Tomador do Seguro e o Segurador, de onde constam as respetivas Condições Gerais e Condições Particulares, e ainda, se contratadas, as Condições Especiais respetivas;
- b) **Ata Adicional:** o documento que titula uma alteração da Apólice e da qual faz parte integrante;
- c) **Capital Seguro:** constitui o limite máximo de indemnização a que se obriga o Segurador por meio do contrato a pagar, caso ocorra um ou mais sinistros;
- d) **Cláusulas Particulares:** as cláusulas que complementam ou especificam disposições das Condições Gerais e Especiais;
- e) **Condições Especiais:** os artigos que complementam ou especificam disposições das Condições Gerais;
- f) **Condições Gerais:** o conjunto de artigos que definem e regulamentam princípios, regras e obrigações genéricas e comuns inerentes a um ramo ou modalidade de Seguro;
- g) **Condições Particulares:** o documento onde se encontram os elementos específicos e individuais de cada contrato e que o distingue de todos os outros;
- h) **Dano Corporal:** o prejuízo resultante de lesão da saúde física ou mental;
- i) **Dano Material:** o prejuízo resultante de lesão de coisa móvel, imóvel ou animal;
- j) **Dano Não Patrimonial:** o prejuízo que, não sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve, no entanto, ser compensado através de uma obrigação pecuniária;
- k) **Dano Patrimonial:** o prejuízo que, sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indemnizado;
- l) **Estorno:** a devolução ao Tomador do Seguro de uma parte do prémio de seguro já pago;
- m) **Evento:** o acontecimento ou série de acontecimentos danosos, resultantes de uma mesma causa e suscetíveis de desencadear um sinistro;
- n) **Franquia:** a importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Tomador do Seguro e/ou Segurado e cujo montante se encontra estipulado nas



Condições Particulares do contrato, não sendo oponível a terceiros nos seguros obrigatórios;

- o) Prémio:** a contrapartida da cobertura acordada, incluindo tudo o que seja contratualmente devido pelo Tomador do Seguro, nomeadamente os custos da cobertura do risco, os custos da aquisição, gestão e cobrança, bem como os encargos relacionados com a emissão da Apólice;
- p) Segurado:** a pessoa ou entidade titular, no interesse da qual o contrato é celebrado e cuja responsabilidade se garante;
- q) Segurador:** a entidade legalmente autorizada para o exercício da atividade seguradora;
- r) Seguro Obrigatório:** aquele que é feito por imposição de uma obrigação legal de segurar;
- s) Sinistro:** a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco, prevista no contrato, considerando-se como um único sinistro, o evento ou série de eventos resultantes de uma mesma causa;
- t) Terceiro:** aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra uma lesão que origine danos suscetíveis de, nos termos da lei civil e desta Apólice, ser reparados ou indemnizados;
- u) Tomador do Seguro:** a pessoa ou entidade que celebra o contrato com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio;

Artigo 2.º

OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto garantir, até ao limite fixado nas

Condições Particulares, e de harmonia com o disposto nas respetivas Condições Gerais, Especiais e Particulares, a Responsabilidade Civil Profissional legalmente imputável ao Segurado por danos patrimoniais e não patrimoniais, decorrente de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, por danos resultantes de atos ou omissões do Segurado ou das pessoas ao seu serviço, quando no exercício da atividade profissional designada nas Condições Particulares, enquanto estes se encontrem devidamente habilitados para o exercício da mesma.

Artigo 3.º

ÂMBITO TERRITORIAL

Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, o presente contrato produz efeitos em relação a eventos ocorridos em Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Artigo 4.º

ÂMBITO TEMPORAL

Ficam cobertos, exclusivamente, os sinistros ocorridos e objeto de reclamações feitas durante o período de vigência da Apólice, sem prejuízo do disposto em lei ou regulamento especial.

Artigo 5.º

EXCLUSÕES

1. O presente contrato exclui sempre:

- a) Danos decorrentes de atos ou omissões dolosas do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável;
- b) Danos decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- c) Danos decorrentes de acidentes provocados por aeronaves, ou os decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- d) Danos causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre Acidentes de Trabalho;
- e) Danos causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, ascendentes e descendentes, ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;
- f) Danos emergentes de tempestades, terremotos, maremotos, ventos, queda de raio, fenómenos sísmicos, chuvas, ou quaisquer outros de natureza similar;
- g) Danos resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza;
- h) Danos resultantes de reclamações baseadas em acordos ou contratos particulares celebrados entre o terceiro e o Segurado, na medida em que a responsabilidade que daí resulte exceda aquela a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- i) Danos causados pela alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição e/ou contaminação do solo, das águas ou da atmosfera, assim como todos aqueles que sejam devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidade, corrente elétrica ou substâncias nocivas, bem como os danos abrangidos pelo regime jurídico da Responsabilidade Civil Ambiental;
- j) Danos decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- k) Danos resultantes de atos de guerra, invasão, lei marcial, revolução, rebelião, insurreição, motins, comoção civil, sabotagem, vandalismo, atos de terrorismo, ou seja, quaisquer crimes, atos ou factos como tal considerados nos termos da legislação penal em vigor, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do Governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, bem como assaltos decorrentes destes atos;
- l) Danos cuja ocorrência seja altamente previsível, ou de que se aceitou a eventualidade da sua ocorrência ao escolher-se um certo modo de trabalho, na intenção de reduzir o respetivo custo ou de apressar a sua execução;
- m) Danos resultantes de incumprimento ou inobservância dolosa das leis, normas e regulamentos que regem o exercício da atividade segura;
- n) Danos resultantes da violação ou cumprimento insuficiente, desde que doloso, do dever de sigilo profissional;
- o) Danos resultantes de quaisquer erros profissionais cuja causa tenha origem em dados incorretos, fornecidos pelo sistema informático dos clientes ou de outros terceiros;

- p) Danos decorrentes de atos realizados pelo Segurado após a suspensão, expulsão ou erradicação da sua atividade profissional;
 - q) Danos decorrentes de atos praticados pelo Segurado com a conivência ou sob coação do reclamante;
 - r) Danos decorrentes de atos para os quais o Segurado e/ou os seus colaboradores não se encontrem devidamente habilitados;
 - s) Danos decorrentes da prática de atos em relação aos quais o Segurado e/ou os seus colaboradores, incluindo os respetivos cônjuges, parentes e afins, em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, tenham interesse pessoal;
 - t) Danos decorrentes da prática de atos em relação aos quais o Segurado e/ou os seus colaboradores, também intervenham na qualidade de procurador ou representante legal do respetivo cônjuge ou de parentes e afins, em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral;
 - u) Danos decorrentes do incumprimento ou da não verificação do cumprimento das obrigações de natureza tributária, ou relativas à Segurança Social, quer por parte do próprio Segurado, quer por parte das pessoas envolvidas na prática de determinados atos relativos à mediação de seguros;
 - v) Danos decorrentes de responsabilidade que, nos termos legais ou regulamentares, deva ser objeto de seguro obrigatório;
 - w) Danos ocorridos ou provocados pelo Segurado, quando este se encontre em estado de demência, embriaguez, ou sob a influência de estupefacientes, bem como qualquer outro estado que impeça a pessoa de entender e/ou querer;
 - x) Danos resultantes de roubo, furto ou apropriação indevida, desfalque, abuso de confiança ou infidelidades do Segurado ou dos seus colaboradores;
 - y) Danos decorrentes de custas, multas, coimas, fianças ou outros encargos de idêntica natureza, bem como custos e impostos de justiça e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, fiança, coimas, multas, taxas ou outros encargos de idêntica natureza;
 - z) Indemnizações devidas a título de danos punitivos (*punitive damages*), danos exemplares (*exemplary damages*), danos de vingança (*vindictive damages*) e outras de natureza semelhante, determinadas por aplicação de regime jurídico estrangeiro, ainda que reconhecidas na ordem jurídica portuguesa.
2. O Segurador não será obrigado a dar cobertura ao abrigo do presente contrato, nem será responsável pelo pagamento de qualquer sinistro ou benefício no âmbito do presente contrato de seguro, na medida em que a prestação de tal cobertura, o pagamento de tal sinistro ou benefício sujeite o Segurador a qualquer sanção, proibição ou medida restritiva prevista em qualquer legislação ou regulamentação que esteja em vigor no domínio do comércio internacional ou que estipule sanções económicas e que seja aplicável ao Segurador.
 3. Se o pagamento de um sinistro ao abrigo do presente contrato de seguro constituir violação de qualquer legislação ou regulamentação que esteja em vigor no domínio do comércio internacional, ou que estipule sanções económicas e que seja aplicável ao Segurador, o pagamento da indemnização ficará suspenso até que tal medida restritiva seja eliminada, ou ainda até que seja emitida uma autorização específica para efetuar esse pagamento e a regularização do sinistro ao abrigo do presente contrato possa prosseguir em cumprimento da lei.

2. Declaração inicial do risco, incumprimento doloso e negligente, agravamento do risco e sinistro e agravamento do risco

Artigo 6.º

DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O Tomador do Seguro ou Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstância cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito.
3. O Segurador que tenha aceite o contrato, salvo havendo dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
 - a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;
 - b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;
 - c) De incoerências ou contradições evidentes nas respostas ao

questionário;

- d) De facto que o seu representante, quando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;
 - e) De circunstâncias conhecidas do Segurador, em especial quando são públicas e notórias.
4. O Segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual Tomador do Seguro ou o Segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

Artigo 7.º

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no artigo anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do Seguro.



2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de 3 meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O Segurador não está obrigado a cobrir sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1, ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime jurídico da anulabilidade.
4. O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.
5. Em caso de dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado, com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Artigo 8.º

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 do artigo 6.º, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de 3 meses a contar do seu conhecimento:
 - a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação, ou 20 dias após a receção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.
3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido *pro rata temporis*, ou seja, proporcionalmente, atendendo à cobertura havida.
4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequência tenham sido influenciadas por factos relativamente aos quais tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:
 - a) O Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio devido, caso, quando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
 - b) O Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

Artigo 9.º

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador do Seguro ou o Segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao Segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo Segurador quando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.
2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o Segurador pode:

- a) Apresentar ao Tomador do Seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
 - b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.
3. A resolução do contrato produz efeitos no prazo de 30 dias contados a partir da data de expedição da sua comunicação.

Artigo 10.º

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos no artigo anterior, ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o Segurador:
- a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior;
 - b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;
 - c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo o direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, o Segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. Pagamento, alteração e estorno do prêmio

Artigo 11.º

VENCIMENTO DOS PRÊMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. Admite-se o fracionamento do pagamento dos prêmios de contratos que vigorem por um ano e seguintes, desde que haja acordo por parte do Segurador. **Neste caso, o pagamento será feito em prestações liquidadas adiantadamente, de acordo com o estabelecido nas Condições Particulares.**
3. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
4. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

Artigo 12.º

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.



Artigo 13.º

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÊMIOS

1. Na vigência do contrato, o Segurador deve avisar, por escrito, o Tomador do Seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a 3 meses, e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o Segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao Tomador do Seguro da documentação contratual referida neste número.

Artigo 14.º

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato, fundado num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que o mesmo se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

Artigo 15.º

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas pode ser efetuada no vencimento anual seguinte.

Artigo 16.º

FORMA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO

1. O Tomador do Seguro obriga-se a pagar o prémio total de um ano, por cada período de renovação deste contrato, aceitando, porém, a Liberty Seguros que esse pagamento seja feito no número de prestações indicado nas Condições Particulares.
2. Em caso de sinistro, o Segurador reserva-se ao direito de cobrar ou descontar na indemnização a pagar ao Segurado, o pagamento das prestações vincendas.

Artigo 17.º

ESTORNO DO PRÉMIO

Quando, por força de modificação do contrato, houver lugar a estorno do prémio, este será calculado proporcionalmente ao período de risco não decorrido, podendo o Segurador deduzir ao valor a estornar as despesas e encargos que, comprovadamente, tiver suportado.

O prémio devido não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao prémio praticado pelo Segurador para um seguro temporário de igual duração.

4. Início da cobertura e de efeitos, duração e vicissitudes do contrato

Artigo 18.º

INÍCIO DA COBERTURA E DOS EFEITOS

1. O presente contrato produz os seus efeitos com o pagamento do prémio ou fração inicial.
2. O contrato considera-se celebrado a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta do Segurador, salvo se, por acordo entre as partes, for estabelecida outra data, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção da proposta.
3. Nos seguros individuais, a proposta considera-se aprovada no 14.º dia a contar da data da receção da proposta do Tomador do Seguro, feita em impresso do próprio Segurador, devidamente preenchido e acompanhado dos documentos que o Segurador tenha indicado como necessários, a menos que, entretanto, o candidato a Tomador do Seguro ou Pessoa Segura seja notificado da recusa do risco.
4. O disposto no número anterior não é aplicável quando a Liberty demonstre que, em caso algum, celebra contratos com as características constantes da proposta.
5. Quando o contrato for celebrado por um período de tempo determinado, os seus efeitos cessam às 24 horas do último dia.
6. Sendo o contrato celebrado por um ano, considera-se sucessivamente renovado por períodos anuais, a menos que qualquer das partes o

denuncie por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade.

Artigo 19.º

RESOLUÇÃO E CADUCIDADE DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes, a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
2. O Segurador pode invocar a ocorrência de uma sucessão de sinistros na anuidade, como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.
3. O montante do prémio a devolver ao Tomador do Seguro, em caso de cessação antecipada do contrato, é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria desde a data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes, em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.



4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.
5. Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, o Segurador deve avisar o Segurado da resolução do contrato, logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.
6. A resolução do contrato produz os seus efeitos no prazo de 30 dias contados a partir da data de expedição da respetiva declaração.
7. A presente Apólice caduca na data em que o Segurado deixe de estar legalmente habilitado para o exercício da profissão descrita nas Condições Particulares, sendo, neste caso e salvo convenção em contrário, o estorno do prémio processado *pro rata temporis*, ou seja, proporcionalmente à cobertura havida, nos termos legais, para o que o Tomador do Seguro comunica a situação ao Segurador.

Artigo 20.º

DENÚNCIA DO CONTRATO

1. A denúncia do contrato equivale à sua não renovação.
2. O Segurador ou o Tomador do Seguro, mediante comunicação escrita à outra parte, com 30 dias de antecedência em relação à data de efeito, poderão denunciar o contrato na data do vencimento.

5. Limites de prestação, pagamento de indemnização, franquias, insuficiência de capital, pluralidade de seguros e compensação de créditos

Artigo 21.º

LIMITES DE PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade do Segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da Apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro.
2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:
 - a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou superior ao capital seguro, o Segurador não responde pelas despesas judiciais;
 - b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o Segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.
3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente reposto, sem prejuízo do pagamento, pelo Tomador do Seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.



4. Reposto o valor nos termos do número anterior, não ficam garantidas as reclamações decorrentes do sinistro que determinou a redução, ainda que essa reclamação seja apresentada posteriormente.

Artigo 22.º

PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO

Salvo convenção em contrário, expressa nas Condições Particulares, o Segurador indemnizará, em Euros e em Portugal, entendendo-se cumprida a sua obrigação, no momento em que colocar à disposição, e a favor do Beneficiário, cheque ou outro meio de pagamento, relativo à quantia que está obrigado a indemnizar, segundo o direito aplicável.

Artigo 23.º**FORMA DE PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO**

O Segurador paga a indemnização em dinheiro, sempre que a substituição, reposição, reparação ou reconstituição dos bens seguros, destruídos ou danificados, não seja possível, não repare integralmente os danos, ou seja excessivamente onerosa para o devedor.

Artigo 24.º**FRANQUIA**

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Artigo 25.º**INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL**

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra o Segurador reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.
2. O Segurador que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberado para com os outros lesados pelo

que exceder o capital seguro.

Artigo 26.º**PLURALIDADE DE SEGUROS**

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores, o Tomador do Seguro ou o Segurado, deve informar dessa circunstância ao Segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como quando da participação do sinistro.
2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior, exonera o Segurador da respetiva prestação.
3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do Segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.
4. O previsto no n.º 2 não é oponível pelo Segurador ao lesado.

Artigo 27.º**COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS**

No ato de pagamento de qualquer importância ao Tomador do Seguro, ao abrigo do presente contrato, o Segurador poderá proceder ao desconto das quantias que lhe forem devidas pelo Tomador do Seguro e relacionadas com o mesmo contrato, incluindo as frações do prémio em dívida.

6. Obrigações e direitos das partes

Artigo 28.º

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do Seguro ou o Segurado obrigam-se:
 - a) A comunicar tal facto, por escrito, ao Segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias, a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;
 - b) A tomar as medidas ao seu alcance, no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;
 - c) A prestar ao Segurador as informações relevantes que este solicite, relativas ao sinistro e às suas consequências;
 - d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do Segurador nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.
2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:
 - a) A redução da prestação do Segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
 - b) A perda da cobertura, se for doloso e tiver determinado dano significativo para o Segurador.
3. O disposto no número anterior não é oponível pelo Segurador ao lesado.
4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o Segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio, durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.
5. O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo Segurador.



Artigo 29.º

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O Segurador paga ao Tomador do Seguro ou ao Segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.
2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo Segurador, antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o Tomador do Seguro ou o Segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.
3. O valor devido pelo Segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do Segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

Artigo 30.º

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O Segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.
2. O Tomador do Seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo Segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

Artigo 31.º

DEFESA JURÍDICA

1. O Segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar, cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.
2. O Segurado deve prestar ao Segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do Segurador.
3. Quando o Segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo Segurador, ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o Segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.
4. No caso previsto no número anterior, o Segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o Segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes, proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo Segurador e aquele que o Segurado obtenha.
5. São inoponíveis ao Segurador que não tenha dado o seu consentimento, tanto o reconhecimento, por parte do Segurado, do direito do lesado, como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

Artigo 32.º

OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR

1. O Segurador substitui o Segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o

período de vigência do mesmo, sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respectivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos devem ser efetuadas pelo Segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. O Segurador deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do Segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias sobre a conclusão das investigações e peritagens previstas no número anterior, sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável ao Segurador, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

Artigo 33.º

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o Segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o Tomador do Seguro ou o Segurado, por:
 - a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o Tomador do Seguro ou o Segurado seja civilmente responsável;
 - b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos aplicáveis ao exercício da atividade profissional designada nas Condições Particulares;
 - c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 28.º.

2. O previsto no número anterior é também aplicável contra o Tomador do Seguro ou o Segurado que tenha lesado dolosamente o Segurador após o sinistro.

7. Disposições diversas

Artigo 34.º

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do Segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do Segurador, o mediador de seguros ao qual o Segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do Tomador do Seguro, de boa-fé, na legitimidade do mediador, desde que o Segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do Tomador do Seguro.



Artigo 35.º

COMUNICAÇÃO E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado, previstas nesta Apólice, consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do Segurador, ou para a sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do Segurador, não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta Apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da Apólice.

Artigo 36.º

LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES, ARBITRAGEM E PROVEDOR DO CLIENTE

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Podem ser apresentadas reclamações, no âmbito do presente contrato, aos serviços do Segurador identificados no contrato e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).
3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.
4. Só poderão ser dirigidas ao Provedor do Cliente as reclamações que já tenham sido objeto de apreciação pelo Serviço de Gestão de Reclamações da Liberty Seguros, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A. – Sucursal em Portugal, às quais não tenha sido dada resposta no prazo máximo de 20 dias ou, nos casos que revistam especial complexidade, no prazo de 30 dias, ou que tendo sido dada resposta, o reclamante discorde do sentido da mesma. A identificação do Provedor do Cliente, contactos e procedimentos detalhados relativos à apresentação da reclamação estão disponíveis no site público da Liberty Seguros, em www.libertyseguros.pt.
5. Em caso de litígio, o Tomador do Seguro pode recorrer a Entidades de Resolução Alternativa de Litígios. A informação relativa às Entidades de Resolução Alternativa de Litígios a que Liberty Seguros é aderente está disponível no site público da Liberty Seguros, em www.libertyseguros.pt.
6. Sem prejuízo da possibilidade de recurso às Entidades de Resolução Alternativa de Litígios, tal como indicado no número anterior e sempre que esteja em causa uma situação de contratação realizada exclusivamente online (via Internet), os litígios de consumo daí decorrentes podem ser resolvidos através da Plataforma Europeia de Resolução de Litígios em Linha, disponível em: <https://webgate.ec.europa.eu/odr/main/index.cfm?event=main.home.show&lng=PT>

7. A Plataforma mencionada no número anterior, dirige-se à contratação realizada exclusivamente online (via Internet) e destina-se a ajudar a resolver litígios sem recurso aos tribunais. É gerida pela Comissão Europeia e é de utilização gratuita.

Artigo 37.º

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO COMPETENTE

A autoridade de supervisão competente no âmbito desta modalidade é a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 38.º

EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECLAMAÇÃO

1. Os Tomadores do Seguro, os Segurados e as Pessoas Seguras podem, caso o pretendam, solicitar a intervenção da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt) para questões relativas ao contrato de seguro, sem prejuízo do direito de recurso a Tribunal.
2. Para apresentar qualquer reclamação relativa ao seu contrato poderão:
 - a) Enviar comunicação para Liberty Seguros, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A. – Sucursal em Portugal – cujo endereço é o que consta das Condições Particulares da Apólice;
 - b) Enviar comunicação para Liberty Seguros, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A. – Sucursal em Portugal – Gestão de Reclamações, cujo endereço é o da sede do segurador e constante das Condições Particulares da Apólice;

c) Enviar e-mail para geral@libertyseguros.pt.

Artigo 39.º**FORO**

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.



Condições Especiais

Responsabilidade Civil Profissional

ARTIGO PRELIMINAR

Ao presente contrato de seguro apenas são aplicáveis as Condições Especiais que estejam expressamente identificadas nas Condições Particulares da Apólice.

Condição Especial 1

Cabeleireiro, esteticista e massagista

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice e salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, o presente contrato não garante:

- a) Os danos causados por operações de descoloração;
- b) Os danos causados por operações de depilação, quando realizada por técnicos não habilitados para tal;
- c) Os danos causados a bens confiados à guarda do Segurado, ou que

lhe tenham sido entregues para manuseamento, utilização ou incorporação no resultado da prestação do serviço;

- d) Os danos causados por força-maior;
- e) Os danos sofridos por qualquer pessoa, em consequência de atos voluntários por ela praticados;
- f) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- g) Os danos resultantes de experiências ou ensaios;
- h) Os danos causados por produtos defeituosos, bem como por produtos alterados ou fora de prazo;
- i) Os danos decorrentes da aplicação de quaisquer produtos injetáveis com fins estéticos;
- j) Os danos decorrentes da prática de qualquer medicina alternativa, nomeadamente, acupuntura, osteopatia e *reiki*.



Artigo 3.º**FRANQUIA**

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indenizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 2

Terapeuta da fala, terapia ocupacional e fisioterapeuta

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- b) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- c) Os danos decorrentes da violação do dever de sigilo profissional;
- d) Os danos resultantes da violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos ou ainda das normas que regulam o exercício da respetiva atividade;
- e) Os danos causados por atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;
- f) Os danos causados pelo consumo de produtos produzidos ou fornecidos pelo Segurado;
- g) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- h) Os danos causados por experiências ou ensaios;
- i) Os danos causados por produtos defeituosos, bem como por produtos alterados ou fora de prazo;
- j) Os danos decorrentes da aplicação de quaisquer produtos injetáveis com fins estéticos;
- k) Os danos decorrentes da prática de qualquer medicina alternativa, nomeadamente acupuntura, osteopatia e *reiki*;



- l) Os danos consequenciais, seja qual for a sua causa ou natureza, ainda que o dano direto se encontre abrangido pela Apólice, com exceção dos custos de paralisação.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 3

Enfermeiro

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- b) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- c) Os danos decorrentes da violação do dever de sigilo profissional;
- d) Os danos resultantes da violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos, ou ainda das normas que regulam o exercício da atividade de enfermagem;
- e) Os atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;
- f) Os danos causados pelo consumo de produtos produzidos ou fornecidos pelo Segurado;
- g) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- h) Os danos causados por experiências ou ensaios;
- i) Os danos causados por produtos defeituosos, bem como por produtos alterados ou fora de prazo;
- j) Os danos decorrentes de recusa ilegítima de prestação de serviços de enfermagem;
- k) Os danos causados por quaisquer doenças transmitidas pelo sangue;



- l) Os danos decorrentes da administração de quaisquer medicamentos ou da realização de quaisquer tratamentos que não tenham sido prescritos por médico.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 4

Florista, sapateiro, costureiro, estofador, barbeiro e pasteleiro

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos causados pela mora na entrega e/ou na prestação do serviço;
- b) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- c) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado, conforme as normas relativas ao exercício da



profissão designada nas Condições Particulares;

- d) Os atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;
- e) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- f) Os danos decorrentes de experiências ou ensaios;
- g) Os danos causados pelo consumo de produtos produzidos ou fornecidos pelo Segurado.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 5

Eletricista e canalizador

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos causados pela mora na entrega e/ou na prestação do serviço;
- b) Os danos nos bens confiados à guarda do Segurado ou que lhe tenham sido entregues para manuseamento, utilização ou incorporação no resultado da prestação do serviço;
- c) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre habilitado

ou autorizado de acordo com as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;

- d) Os danos decorrentes de atos que não se enquadrem no exercício normal da profissão designada nas Condições Particulares;
- e) Os danos cuja ocorrência seja altamente previsível ou de que se aceitou a eventualidade da sua ocorrência ao escolher-se um certo modo de trabalho, na intenção de reduzir o respetivo custo ou de apressar a sua execução;
- f) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- g) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida.



Artigo 3.º**FRANQUIA**

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indenizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 6

Economista e contabilista

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- b) Os danos decorrentes de atos que não sejam próprios da profissão identificada nas Condições Particulares;
- c) Os danos decorrentes do exercício de funções de Revisor Oficial de Contas e de Técnico Oficial de Contas;
- d) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- e) Os danos emergentes da violação do dever de sigilo profissional;
- f) Os danos decorrentes do desempenho de quaisquer cargos de administração, fiscalização e direção de pessoas coletivas ou entidades privadas ou públicas;
- g) Os danos causados por atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;
- h) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- i) Os danos emergentes da violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos, ou ainda das normas que regulam o exercício da profissão identificada nas Condições Particulares.



Artigo 3.º**FRANQUIA**

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 7

Formadores, professores e bibliotecários

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- b) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;



- c) Os danos decorrentes de atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado designada nas Condições Particulares;
- d) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- e) Os danos emergentes da violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos, ou ainda das normas que regulam o exercício da profissão designada nas Condições Particulares.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 8

Professor de educação física e personal trainer

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão identificada nas Condições Particulares;
- b) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;



- c) Os danos causados por atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;
- d) Os danos causados em consequência de predisposição patológica do lesado ou de agravamento de lesões pré-existent;
- e) Os danos emergentes da violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos, ou ainda das normas que regulam o exercício da profissão identificada nas Condições Particulares;
- f) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 9

Lavandaria

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:

- a) A prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- b) Os danos resultantes de furto ou roubo, desaparecimento inexplicável, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;



- c) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- d) Os danos causados por atos que não se enquadrem no exercício normal ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado designada nas Condições Particulares;
- e) Os danos cuja ocorrência seja altamente previsível ou de que se aceitou a eventualidade da sua ocorrência ao escolher-se um certo modo de trabalho, na intenção de reduzir o respetivo custo ou de apressar a sua execução.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 10

Fotógrafos

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

1. Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:
 - a) Os danos decorrentes de atos praticados pelo Segurado ou por pessoas por quem este seja civilmente responsável, com a conivência ou sob coação de terceiro;
 - b) Os danos decorrentes da execução de trabalhos ou da prestação de serviços a empresas das quais o Segurado seja sócio ou nas quais detenha algum interesse;



- c) Os danos decorrentes de mau estado de conservação dos equipamentos ou de deficiente assistência técnica dos mesmos.

2. Ficam ainda excluídas desta cobertura as perdas indiretas ou consequências de qualquer natureza.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 11

Enólogos

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

1. Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional de Enologia, nos níveis profissionais de Auxiliar de Enologia, Técnico de Enologia e Enólogo, desde que devidamente habilitado para o exercício da mesma, conforme estabelecido no Estatuto do Profissional de Enologia.
2. Através desta Condição Especial e de acordo com o disposto nas Condições Gerais, este contrato garante, até ao limite indicado nas Condições Particulares, as consequências pecuniárias da responsabilidade civil decorrente do exercício da atividade profissional de Enologia, nos níveis profissionais de Auxiliar de Enologia, Técnico de Enologia e Enólogo, desde que devidamente habilitado para o exercício da mesma, conforme estabelecido no Estatuto do Profissional de Enologia.
3. Quando contratada esta Condição Especial, ficam garantidas, até aos limites fixados nas Condições Particulares, as indemnizações legalmente exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de atos ou omissões cometidos no exercício da atividade profissional de Enologia e em consequência de qualquer operação desta atividade, desde a cultura da vinha até ao en-

garrafamento, incluindo a colheita das uvas, os processos de vinificação, armazenamento e envelhecimento, supervisão e determinação de todas as práticas necessárias a garantir a qualidade do vinho, abrangendo os diferentes momentos da elaboração e os diversos tipos de vinho ou produtos vitivinícolas pelos quais o profissional de enologia seja responsável.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

1. Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais da Apólice, o presente contrato exclui sempre:
 - a) Os danos decorrentes da prática de atos que, nos termos da lei, não sejam considerados atos próprios dos profissionais de enologia;
 - b) Os danos decorrentes de atos da profissão para os quais o Segurado não esteja legal ou regulamentarmente habilitado;
 - c) Atividades estranhas à profissão do Segurado;



- d) Os danos resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 12

Tradutor

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos resultantes de furto ou roubo, desaparecimento inexplicável, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- b) Os danos emergentes da violação do dever de sigilo profissional;
- c) Os danos decorrentes de atos que não se enquadrem no exercício

normal da profissão ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;

- d) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- e) Os danos emergentes de violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos, ou ainda das normas que regulam o exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- f) Os danos decorrentes de atos da profissão para os quais o Segurado não esteja legal ou regulamentarmente habilitado;
- g) Os danos decorrentes de atos praticados pelo Segurado ou por pessoas por quem este seja civilmente responsável, com a conivência ou sob coação do reclamante;
- h) Os danos resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza.



Artigo 3.º**FRANQUIA**

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indenizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 13

Decorador de interiores e designer de têxteis e moda

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos resultantes de furto ou roubo, desaparecimento inexplicável, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- b) Os danos decorrentes de atos que não se enquadrem no exercício normal da profissão ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;



- c) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- d) Os danos decorrentes de atividades estranhas à profissão do Segurado;
- e) Os danos decorrentes de danos resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 14

Jardineiro

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos causados por atos que não se enquadrem no exercício normal da profissão ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;
- b) Os danos que não sejam consequência direta e imediata do erro ou falta profissional cometida;



- c) Os danos decorrentes de atividades estranhas à profissão do Segurado;
- d) Os danos resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 15

Delegado de informação médica

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos decorrentes da prática de atos que, nos termos da lei, não sejam considerados atos próprios dos profissionais de delegação de informação médica;
- b) Os danos decorrentes de atos que não se enquadrem no exercício normal da profissão ou que sejam incompatíveis com a profissão do Segurado;



- c) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida;
- d) Os danos decorrentes de atividades estranhas à profissão do Segurado;
- e) Os danos resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza;
- f) Os danos emergentes da violação do dever de sigilo profissional;
- g) Os danos emergentes de violação dolosa dos deveres profissionais e deontológicos, ou ainda das normas que regulam o exercício da profissão designada nas Condições Particulares.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Condição Especial 16

Publicidade, marketing e relações públicas

Artigo 1.º

ÂMBITO DA COBERTURA

Quando contratada a presente Condição Especial, o contrato garante, até aos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, em consequência do exercício da atividade profissional identificada nas Condições Particulares.

Artigo 2.º

EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes do artigo 5.º das Condições Gerais, o presente contrato exclui sempre:

- a) Os danos decorrentes da prática de atos para os quais o Segurado não se encontre legalmente habilitado ou autorizado conforme as normas relativas ao exercício da profissão designada nas Condições Particulares;
- b) Os danos causados por atos que não sejam próprios da profissão identificada nas Condições Particulares;



- c) Os danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou perda ou extravio de bens ou valores confiados à guarda do Segurado;
- d) Os danos emergentes da violação do dever de sigilo profissional;
- e) Os danos causados pelo desempenho de quaisquer cargos de administração, fiscalização e direção de pessoas coletivas ou entidades privadas ou públicas;
- f) Os danos que não sejam consequência direta e imediata de erro ou falta profissional cometida.

Artigo 3.º

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado a franquia estipulada nas Condições Particulares, dedutível por sinistro e aplicável sobre o montante apurado dos prejuízos indemnizáveis pelo Segurador.

Liberty Seguros | 808 243 000 ou +351 213 124 300

Atendimento Personalizado das 9h às 17h, todos os dias úteis

Atendimento Permanente 24 horas por dia, 365 dias por ano

Assistência 24 Horas | 808 505 542 ou +351 213 124 335

Atendimento Permanente 24 horas por dia, 365 dias por ano

Av. D. João II, N.º 11 - 5.º 1998-036 Lisboa

www.libertyseguros.pt

